

TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO CONTEXTO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

Fabrícia Silva de Araújo
Juliane Cristina Bispo Bezerra*

RESUMO

Este artigo contém uma reflexão sobre a trajetória da assistência estudantil universitária com enfoque aos impactos desta na atualidade, em face da reforma do ensino superior. A reflexão apresenta a reforma do Estado como uma adequação às exigências do capital internacional, no deslocamento do capital para outras esferas sociais. A reforma universitária criou um novo modelo de educação superior com reflexos na assistência estudantil, em meio a não existência de um orçamento específico a esta destinada. Menciona os esforços que têm sido feitos pelos atores sociais na luta pela implementação da Política de Assistência Estudantil e da Educação Superior pública.

Palavras-chave: Reforma do Estado – Reforma Universitária – Política de Assistência ao Estudante Universitário

ABSTRACT

This article contain a reflection about the student assistance trajectory in the University nowadays and its concerns with relation the reform of system of university teach. This reflection show the reform as a demand of international capital – Globalization and New Liberalism – transferring resources of capital to others areas. The University reform created a new superior education stand with reflections in the student assistance when has no budget directed to this claim. Also reports efforts for those that fight for implement a public Student Political of Assistance and a public and free University.

Keywords: Reform of the Estate – University Reform – Political of Assistance to University Student.

1 INTRODUÇÃO

A lógica da racionalidade capitalista impõe um constante processo de trocas e rupturas para a sua própria manutenção. São mudanças que rebatem diretamente nos setores público, privado e nos direitos sociais, tendo em vista que a lógica da ordem capitalista é buscar cada vez mais lucro, independente das conseqüências que essas mudanças representem para a sociedade. A condução da Política de Assistência ao Estudante Universitário e as mudanças por que passam na atualidade, imbricadas na reforma do ensino superior, derivam desse processo sob a influência da tendência neoliberal, em seus reflexos nas reformas do Brasil atual.

A reforma da educação de nível superior, seguindo a condução da reforma do Estado, pode ser observada como uma intervenção consentida e realizada pelas

* Concluintes de graduação do curso de Serviço Social - Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

autoridades educacionais orientadas pelas agências multilaterais em face da universalização do capitalismo. Ao analisarmos a reforma universitária vigente, vemos que esta é regida pelos princípios do projeto societário da burguesia internacional, que defende um capitalismo humanizado, cuja defesa não sai, nem poderia sair, do papel.

Torna-se claro o descaso, ou pelo menos uma atenção menor dos sucessivos governos com a educação superior pública, em especial no que diz respeito à Política de Assistência Estudantil, evidenciado pela não existência de um orçamento específico destinado à sua implementação, mesmo sendo necessário que haja investimentos direcionados para essa modalidade de assistência. No Brasil, a gratuidade do ensino é uma condição necessária, mas não suficiente, para que os alunos com baixa renda possam freqüentar a universidade e atender às exigências acadêmicas com vistas a uma educação superior de qualidade.

2 REFORMA EDUCACIONAL E ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO

No final do século XX, o capitalismo passa por uma crise em seu processo de expansão/universalização, em busca de redimensionar limites que trazem no seu interior o agravamento das condições de vida de amplas camadas populacionais, aumento do desemprego, poluição ambiental, aumento da temperatura no globo, entre outros. Ocorre a retomada da ideologia liberal, o denominado neoliberalismo, com o discurso da supremacia do mercado, corte de verbas das políticas públicas, articulados à crescente mercantilização de tradicionais direitos trabalhistas e sociais.

A partir daí o capital passou a ser deslocado para outras esferas sociais, um processo freqüentemente denominado de financeirização do capital. Os partidos representantes dos trabalhadores são enfraquecidos, enquanto a representatividade do capital torna-se cada vez mais forte. Por meio desse mecanismo de movimento de extensão do capital para novas esferas sociais ocorre a mercantilização da educação e das políticas educacionais, mediante a produção de relações sociais que se materializam em práticas humanas que, no plano do sujeito, são orientadas pela racionalidade do capital. Diante disso, a esfera da educação está se transformando num “quase-mercado”. Os processos sociais estão se transformando, os valores dos indivíduos estão pautados na produtividade e competitividade, tornando a educação subordinada ao mercado.

A reforma da educação no Brasil compõe o próprio movimento das reformas do Estado. Reformas necessárias ao modelo societário em favor da resolutividade da crise do capitalismo a partir dos países centrais, conduzindo no seu movimento os processos dos países da periferia capitalista. Nesse sentido, Silva Júnior (2002, p.69) diz que:

A reconfiguração da educação superior brasileira é parte do intenso processo mundial de reformas, no interior de um radical movimento de transformações político-econômicas com profundas repercussões no Brasil, cujas consequências para a identidade institucional da universidade seriam, inevitáveis, se concretizadas tais mudanças conforme diretrizes emanadas originalmente das agências multilaterais e, em geral, tão bem traduzidas domesticamente pelos responsáveis oficiais pela reforma do Estado e da educação superior em nosso país.

O significado das reformas educacionais no mundo e, em particular, no Brasil, põe em pauta as preocupações com o caráter dos indivíduos formados pelo novo paradigma de ensino guiado pela nova geografia política do planeta, pela globalização econômica e pela revolução tecnológica. Sua lógica voltada fundamentalmente para o mundo do trabalho não põe como fim o desenvolvimento das potencialidades humanas gerais, mas, a integração de seu projeto individual ao sistema societário no qual se insere.

Uma das finalidades das propostas dos organismos internacionais é a autonomia universitária, na qual a universidade buscará suas próprias fontes de financiamento; isto poderá significar uma desresponsabilização do Estado na manutenção da educação universitária, acarretando graves prejuízos para o espaço acadêmico, como "a degradação e o abandono dos bens materiais e dos serviços universitários como os laboratórios, as bibliotecas e os programas de assistência social, de saúde e esportivos" (Idem, p.69).

A Reforma Universitária vem sendo implantada lentamente, seja pela elaboração de projetos-lei, de diretrizes, ou pela implantação de medidas paliativas, atendendo de forma satisfatória às exigências dos organismos internacionais. Amplia-se, assim, "a atuação do capital internacional, em nosso território, propiciando a aceleração do processo de descaracterização da cultura nacional, aprofundando material e simbolicamente a histórica submissão brasileira a idéias, ideais e práticas colonialistas" (MARTINS e NEVES, 2004, p. 108). A política de assistência ao estudante universitário não escapa desse processo, é um componente da reforma universitária cuja configuração reflete o projeto da educação proposto no país em cada momento histórico.

3. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

A trajetória histórica da assistência estudantil tem sua origem na década de 1930 com os programas de alimentação e moradia universitária. Seu desenvolvimento e ampliação como uma política, porém, só foi efetivada nos anos 1970, com a criação do Departamento de Assistência Estudantil (DAE), já extinto pela onda de reformas advindas do ideário neoliberal.

A década de 1980 no Brasil foi marcada pela consolidação do poder público, com destaque para projetos de reestruturação da política educacional. Podemos citar a “Comissão Nacional da Reformulação da Educação Superior Brasileira” constituída em 1985, pelo então Ministro da Educação, Marco Maciel, propondo “uma Nova Política para a Educação Superior” cuja recomendação era que:

A realocação de recursos suficientes para o custeio de um plano nacional de recuperação e conservação de prédios de refeitórios e residências estudantis e criação desses serviços em Instituições de Ensino Superior – IES públicas que ainda não os possuísem (FONAPRACE: 1995). Entretanto esta recomendação não foi concretizada uma vez que todos os programas de Assistência ao Estudante Universitário vêm sendo mantidos precariamente com recursos da própria Instituição (LIMA E SILVA, 2003, p.110).

Na década de 1990, dando continuidade aos direcionamentos da agenda neoliberal iniciada no Brasil pelo governo Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso em seu governo consolidou ainda mais o modelo neoliberal, tendo em vista que na sua administração:

A nova LDB (Lei nº 9.394/96) atribuiu modalidades para as instituições de ensino superior, intensificando ainda mais a diferenciação institucional e diversificando suas fontes de recursos – de modo que elas vêm adotando progressivamente status de “empresas capitalistas” ajustadas aos interesses do mercado, cujo financiamento tende a ser retraído do poder estatal e remetido a empréstimos em bancos e cobrança de mensalidade. (Idem, p. 110).

Não diferente dos governos anteriores no que se refere à consolidação da agenda neoliberal; ao analisarmos os direcionamentos dados à Educação Superior brasileira no governo de Luiz Inácio Lula da Silva; podemos facilmente constatar a presença dos organismos multilaterais guiando os cérebros do governo, pois coincidentemente, podemos perceber que os fundamentos propostos para a modernização do MEC condizem com os fundamentos das agendas multilaterais. Ambas implementando medidas como: a ampliação de ofertas de vagas para educação à distância, a racionalização do acesso à educação através de sistemas de cotas, a padronização do ensino, voltada para um modelo educacional que atenda aos interesses do mercado.

Essa modernização propõe um modelo de universidade que dificilmente mereceria o conceito de “pública” onde, pela primeira vez na história do país, a educação tornou-se um campo específico de investimentos estrangeiros, estabelecendo uma participação de até 30% de investimentos de capital estrangeiro na área educacional. Todavia, os investimentos governamentais no ensino superior público, sob a óptica do direito social, significariam o alcance da cidadania social no espaço acadêmico, direito este

implementado nas formas de melhoria da qualidade do ensino, reformulação do controle burocrático, autonomia efetiva, além de um financiamento estável.

Fica evidente o descaso dos governantes com a educação superior pública, sendo que o Estado permite o sucateamento das universidades, o que tem gerado efeitos como a perda da autonomia universitária, comprometendo a qualidade no ensino e na formação acadêmica de um modo geral. Em decorrência do sucateamento da universidade pública, a assistência estudantil vem sendo prejudicada pela não existência de um orçamento específico destinado a sua implementação. Este fator impede a ampliação de projetos de apoio ao estudante de baixa renda nas universidades, muitas vezes acarretando no aumento do índice de retenção ou desistência desse alunado e, conseqüentemente, gastos para os cofres públicos sem o alcance do efetivo processo educativo de nível superior. Nas universidades em que a política de assistência estudantil ainda é mantida, os recursos destinados a essa política são retirados da verba para a manutenção de outras atividades, comprometendo assim o custeio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Política de Assistência Estudantil vem sendo redefinida e marcada por uma profunda deterioração em seus programas básicos (alimentação e moradia estudantil). Os esforços para que essa política seja implementada vêm se tornando cada vez mais intenso por parte de entidades engajadas na luta pela efetivação dos direitos na área da educação. Dentre eles, o Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, assessorando a ANDIFES, criado em 1987 com finalidade de fortalecer a política estudantil concebida como direito. Podemos citar ainda como entidade engajada na luta pela efetivação da assistência como direito, a União Nacional dos Estudantes – UNE, e a Secretaria Nacional de Casa de Estudantes – SENCE, mobilizando lutas por conquistas na área da assistência como direito. Entidades que apresentam propostas de defesa da Assistência Estudantil como uma política pública fundamental, não só de permanência, mas também de formação completa dos estudantes.

Apesar da representatividade que esses atores sociais constituem no processo de luta em prol da assistência estudantil, ainda existe uma necessidade de maior articulação entre o FONAPRACE e as entidades representativas estudantis. Como diz LEHER “não só no que se refere às ações, mas também no processo de fortalecimento da concepção de assistência estudantil como direito de cidadania, delineando, assim, um processo de correlação de forças na sociedade civil que venha a fortalecer a luta pela positivação da política de assistência ao estudante” (2004, p.17). Para isso se faz necessária à clareza de que essa política será efetivada somente quando implementada na forma de lei.

A universidade pública, da mesma forma que a assistência estudantil, vem sendo prejudicada pelo processo de privatização orientado pelos organismos internacionais, que “têm como meta transformar estas universidades públicas em centros produtores de

saber para o atendimento das demandas do mercado” (ROCHA, 2003, p.38). Um processo que aparentemente começa a se delinear e que somente a história em seu desdobramento indicará o caminho dos acontecimentos em termos do destino da política de assistência ao estudante universitário no Brasil.

4 CONCLUSÃO

Nossa participação em programas de assistência estudantil nos impulsionou a desvendar alguns dos entraves da operacionalização da política de assistência estudantil, revelados na limitação de vagas para os programas de assistência, quando na realidade a demanda atinge níveis superiores à oferta da Universidade. Com isso muitos estudantes ficam desprotegidos socialmente. Esta demanda reprimida de estudantes, que não tem acesso aos direitos sociais, na maioria das vezes abandona seus cursos de graduação, aumentando a evasão universitária.

Na condução do processo investigativo, contudo, nossa visão do problema se expandiu, alcançando um universo de explicação que extrapola as expressões aparentes e cotidianas da problemática da relação entre assistência ao estudante universitário e reformas atuais. A base das reformas brasileiras se fundamenta na crise do capitalismo, que exigiu um novo modelo mundial de regulação do capital. No que tange a educação, estas propostas pretendem fazer da educação mais um espaço de investimento para o capital estrangeiro, visando padronizar o ensino em um modelo educacional que atenda as exigências do mercado. Evidência disso é que nos últimos anos as verbas públicas destinadas ao ensino superior vêm sofrendo cortes, e quanto à política de assistência estudantil, sequer existe uma verba específica a esta política. As universidades que ainda mantêm os programas de assistência estudantil são obrigadas a retirar da verba de manutenção do *campus* ou de verbas geradas pela própria universidade para manter estes programas.

A nosso ver, um dos grandes desafios a serem enfrentados na luta pela educação superior pública brasileira é o estabelecimento e a implementação de uma política de assistência estudantil regulamentada, voltada para atender as necessidades dos estudantes, para o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade.

A análise evidencia que vários esforços têm sido feitos pelos atores sociais na luta dos gestores, professores e estudantes pela garantia da efetivação da política de assistência estudantil. Entretanto, diante do que foi exposto no processo de investigação, fica evidente a integração do projeto educacional brasileiro, conseqüentemente da política de assistência estudantil, aos ditames e determinações dos mecanismos internacionais de

inserção do Brasil no contexto das transformações capitalistas contemporâneas. De modo que essas lutas pontuais são fundamentais para o acesso ao ensino gratuito em todos os níveis, mas dificilmente podem ser o ponto central e decisivo contra os mecanismos de expansão e superação das injustiças do capitalismo na atualidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Josimeire de O. **O elo assistência e educação: análise da assistência/desempenho no programa residência universitária alagoana**. Dissertação de Mestrado – UFPE, Recife, 2003.

DANTAS, Alinne de O. e ARAÚJO, Josimeire de O. A questão do financiamento da Assistência Estudantil nos trâmites da Reforma Universitária do governo Lula. In: **Reforma Universitária a Universidade Pública em Questão**. Josimeire de O. Araújo e M. Valéria C. Correia (orgs). Maceió: EDUFAL, 2004.

LEHER, Roberto. Rumos da Educação Superior Brasileira em um contexto de persistência da agenda neoliberal. In: **Reforma Universitária a Universidade Pública em Questão**. J. de Omena Araújo e M. V. Costa Correia (orgs). Maceió: EDUFAL, 2004.

LIMA, Carla P. N. e SILVA, Valéria M. **A arte da participação e a participação pela arte: uma experiência nas casas de estudantes universitários da UFPE**. In: *Limites e Possibilidades da Assistência Estudantil no Espaço Universitário: Análises de sua operacionalidade*. Eliane M. M. Fonte (org.). Recife: PROCADE, 2003.

MARTINS, André S., NEVES, Lúcia M. W. **A proposta de autonomia universitária do governo Lula**. In: *Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004.

ROCHA, Sheilla N. R. **As perspectivas de operacionalização da assistência estudantil no espaço universitário: limites/ possibilidades para o acesso e permanência no ensino superior público**. In: *Limites e Possibilidades da Assistência Estudantil no Espaço Universitário: Análises de sua operacionalidade*. Eliane Maria Monteiro Fonte (org.). Recife: PROCADE, 2003.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação No Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.